

Tópicos de Apresentação do Livro “O Triunfo dos Empreendedores”

Loja da FNAC - NORTESHOPPING

1. Agradecimentos
2. Reflexões a considerar:
 - 2.1 -Reconhecimento da Educação para o Empreendedorismo como uma competência chave.
 - 2.2-Papel dos Professores enquanto catalisadores de conteúdos pedagógicos baseados em metodologias de aprendizagem experiencial.

Importa recordar, em primeiro lugar, que o Conselho e o Parlamento Europeu adotaram um quadro europeu de competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida (Comissão Europeia, 2007) em que pela primeira vez se identificava e definia as competências essenciais de que os cidadãos necessitam para a sua realização e desenvolvimento pessoal, inclusão social, cidadania ativa e emprego.

São oito as competências essenciais: comunicação na língua materna; comunicação em línguas estrangeira; competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologia; competência digital; aprender a aprender; competências sociais e cívicas, espírito de iniciativa e espírito empresarial, e sensibilidade e expressão culturais. Um sólido domínio destas competências básicas revela-se crucial para todos, mas surge apenas como o início de um contínuo de aprendizagem ao longo da vida.

As oito competências essenciais encontram-se relacionadas ao nível dos conhecimentos, das aptidões e atitudes, sendo todas elas interdisciplinares. Aspetos que são essenciais num determinado domínio favorecem a competência noutra domínio sendo que de acordo com a (Comissão Europeia, 2007) a ênfase em cada competência é colocada no pensamento crítico, na criatividade, no espírito de iniciativa, na resolução de problemas, na avaliação de riscos, na tomada de decisões e na gestão construtiva dos sentimentos.

Saber trabalhar em conjunto na resolução de problemas, dividir tarefas, ouvir e partilhar ideias e sinergias entre as pessoas de um grupo para propor soluções inovadoras e mais eficientes, são competências essenciais que, inclusivamente

vão passar, a integrar os estudos de avaliação do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) implementados pela OCDE. Ou seja à avaliação dos conhecimentos individuais relacionados com a matemática, ciências e literacia na língua materna junta-se agora a necessidade de avaliar as competências colaborativas dos nossos jovens.

Contudo, como todos sabemos, estas competências, não sendo novas, assumem no dealbar deste século uma importância central, enquanto elemento chave de cada um dos 4 pilares da educação que já há uns anos vem sendo reconhecido pela UNESCO ou seja : Learning to know ; Learning to do; Learning to live together and Learning to be.

Curiosamente- numa altura em que se encontra em discussão pública o documento sobre o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória- recordo e saliento que em 2017 passam 10 anos que o Ministério da Educação publicou um Edital que apresentava o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo.

Este já [e passo a citar] “atribuía particular importância à promoção de iniciativas que criem um espírito empreendedor nas escolas, que favoreçam as competências dos alunos e o seu sucesso escolar e que contribuam para a cooperação, equidade e qualidade das aprendizagens”.

Um dos princípios do citado Projeto passava por conseguir [e passo a citar] que, “os alunos pudessem ter desenvolvido, no final da escolaridade obrigatória e do ensino secundário, um conjunto multidisciplinar e transversal de competências (conhecimentos, capacidades e atitudes), em torno da organização de experiências enquadradas no currículo (disciplinares e/ou não disciplinares), que envolvam simultaneamente três dimensões: competências-chave para empreender ao longo da vida, competências curriculares, participação e ação cívica na sociedade”.

Para que se possa ter uma ideia do impacto desta iniciativa, em termos da disseminação do espírito empreendedor no Sistema Educativo Nacional, importa ter presente que apesar de assistirmos a um conjunto de Agrupamentos de Escolas, Escolas não Agrupadas e Escolas Profissionais onde estes programas têm sido implementados e até desenvolvidos o facto é que menos de 5% dos jovens em idade escolar se encontra envolvidos em programas de educação para o empreendedorismo ao longo de cada ano letivo.

Refira-se a propósito que esta semana foi lançada a 1ª edição do Concurso Nacional de Jovens Empreendedores, com o objetivo de promover o empreendedorismo criativo e empreendedorismo social. Este concurso tem como parceiros estratégicos, o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., o IPDJ – Instituto Português da Juventude e do Desporto I.P., IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Câmara Municipal do Porto, que sob a liderança da Fundação da Juventude procura potenciar o contacto dos Jovens com o “mundo real”, preparando-os para uma melhor integração no mercado de trabalho.

A apresentação de âmbito nacional dos resultados deste Concurso será realizada de 05 a 07 de Junho e reúne no Centro de Congresso de Alfândega, no Porto, os 50 melhores projetos de empreendedorismo criativo e empreendedorismo social (25 referentes ao Ensino Secundário e 25 referentes ao Ensino Universitário), selecionados a partir do Concurso Nacional de Jovens Empreendedores.

Mesmo tendo presente que se continua a verificar que, para alguns, o empreendedorismo continua a ser visto, com desconfiança, porque apesar de estar em todo o lado (políticas públicas, discursos de responsáveis de organizações, comunicação social ...), não contribui, segundo eles, para resolver os problemas da economia não sendo mais que um disfarce que serve para iludir a chaga do desemprego.

Esta é, para mim, a visão de uma elite burocrata que despreza tudo quanto seja inovador e moderno, e que infelizmente só produz eco graças a um tal nível de astúcia linguística que ganha força na passividade alheia. Naturalmente que não me revejo nesta visão, pois acredito no empreendedorismo enquanto condição absolutamente necessária para dinamizar a atividade económica de um país e garantir um crescimento inclusivo, equilibrado e sustentável.

Pela experiência vivida e pela investigação recentemente desenvolvida no âmbito da academia, sou defensor de que a educação para o empreendedorismo é uma via privilegiada na formação das nossas crianças e jovens que se virão a revelar cidadãos ativos, socialmente integrados, participativos e, sobretudo, capazes de decidir o seu próprio futuro.

Contudo as instituições de ensino que implementam os “Programas Escolas Empreendedoras”, para além dos objetivos da formação e da educação, assumem o empreendedorismo como uma área de interesse a par dos conhecimentos e dos

saberes.

Porém o principal obstáculo, descontados os problemas relacionados com os procedimentos burocráticos, acaba por advir da personalidade individual de cada um dos professores. Uns aceitam, outros não, as vantagens associadas à implementação dos conteúdos que contribuem para que os alunos adquiram atitudes, conhecimentos e competências empreendedoras.

Tenho consciência, no entanto, que alguns professores não confiam no “conceito” o que torna mais complicado a implementação destes Programas, mesmo que estes sejam muito democráticos e importantes para a evolução da Sociedade, quer a observemos à escala nacional ou à escala da UE, da qual fazemos parte.

Mas a uma mudança de paradigma ao nível dos modelos pedagógicos exigem novas abordagens para uma educação de e para o sucesso – e nesse sentido a educação para o empreendedorismo é essencial que seja uma realidade presente nas nossas Escolas!

Torna-se difícil começar, difícil dar o primeiro passo, mas depois de assumirmos esse estágio de interiorização não se consegue voltar atrás. Ou seja, o empreendedorismo não é um conceito vago que dá qualidade a um trabalho acabado, mas sim uma forma de estar e trabalhar que permite ao nosso trabalho obter um selo de qualidade.

Deixo, por isso, um apelo aos Professores aqui presentes e a todos aqueles que virão a ter acesso ao conteúdo destas Cartas, para que não deixem de partilhar as suas experiências e reflexões, não só com os colegas, mas também com a comunidade, família, amigos, redes sociais e outros círculos que frequentem.

De facto torna-se interessante pensar no efeito multiplicador que pode estar associado a cada professor, derivado da sua capacidade cognitiva que lhe permite manter cerca de 150 relações sociais estáveis, nomeadamente junto dos seus alunos, no contexto sala de aula, ou fora dela no espaço Escola, comunidade social e /ou família, ou outro círculo que o mesmo frequente e cujos contactos são mais fortes.

Acredito que se o fizerem, e eu alimento o sonho de que o conteúdo do meu livro pode contribuir para a sua mobilização, a classe de professores dará um impulso muito forte para que os nossos alunos e conseqüentemente a nossa sociedade, possam ser mais prósperos, justos e solidários.

E porquê? Porque passarão a estar preparados a projetar o seu próprio caminho, a enfrentar obstáculos, a aceitar desafios, ou seja a construírem o seu futuro dependendo mais de si próprios do que de vontades alheias.

Desejo, como nota final, que a classe dos professores faça uso da sua excelente capacidade de trabalho, força de vontade, discernimento e profundo conhecimento para inspirar os seus alunos a ambicionar ser no futuro mais do que excelentes “doutores e engenheiros”.

Esta é, com muita humildade, a minha convicção, que deixo à vossa apreciação.

A todos, muito obrigado pela vossa presença.

Francisco Banha

Porto, 18 de Março de 2017

fbanha@gesbanha.com